

**Políticas públicas: ensino de português do Brasil e formação de professores, rumo à
Universidade da Educação do Uruguai**
**Public policies: teaching Brazilian Portuguese and teacher training, towards the
University of Education of Uruguay**

Edilson Teixeira

Administração Nacional de Educação Pública (ANEP - Uruguai)

<https://orcid.org/0000-0002-6213-6371>

edilson.uy@interbraslinguas.com

RESUMO

Neste artigo procuramos revisar, brevemente, a trajetória das políticas públicas das três últimas décadas a respeito do ensino de Português do Brasil e da respectiva formação docente na Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) do Uruguai, a partir de documentos nacionais e internacionais e da constatação dos espaços institucionais existentes dentro do país. Igualmente, procuramos identificar e compreender a transição institucional da formação docente de português dentro do Conselho de Formação em Educação (CFE) rumo à Universidade Nacional de Educação (UNED). Neste sentido, propomos linhas de pesquisa e de extensão educacional para contribuir significativamente na cultura universitária da educação pública do Uruguai.

Palavras-chave: políticas públicas uruguaias, internacionalização do português; ensino e formação de professores; Universidade Nacional da Educação

RESUMEN

En este artículo, buscamos revisar brevemente la trayectoria de las políticas públicas en las últimas tres décadas sobre la enseñanza del portugués brasileño y la respectiva formación docente en la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP) en Uruguay, con base en documentos nacionales e internacionales y la verificación de los espacios institucionales existentes en el país. Asimismo, buscamos identificar y comprender la transición institucional de la formación docente de portugués dentro del Consejo de Formación en Educación (CFE) hacia la Universidad Nacional de Educación (UNED). En este sentido, proponemos líneas de investigación y extensión educativa para contribuir significativamente a la cultura universitaria de la educación pública en Uruguay.

Palabras-clave: políticas públicas uruguayas, internacionalización del portugués; enseñanza y formación de profesores; Universidad Nacional de la Educación

1. Introdução às políticas nacionais e internacionais

As políticas fazem um caminho pelo qual os sistemas educacionais dos países envolvidos vão trilhando segundo as relações e os interesses internacionais, com seus respectivos efeitos nacionais. Por tanto, nos tempos atuais, segundo Teixeira (2017), podemos falar da internacionalização do português em processos gerais, como a globalização em seus diferentes campos, entre os quais o ensino de línguas constitui uma estratégia para permitir várias interações entre países e blocos econômicos.

Países que tradicionalmente são ‘clientes’ de políticas linguísticas vindas de fora apressam-se em formular seus próprios delineamentos. Oficializam-se novas línguas, reformam-se os sistemas de ensino de línguas estrangeiras, novas línguas lutam para entrar nos currículos, novos e grandes bancos de dados de línguas são financiados e desenvolvidos. De repente a questão de formação de professores de línguas é capaz de mobilizar de modo novo, e se coloca no centro de disputas de hegemonia. Certificados de proficiência novos são criados, apoiados em novas estruturas de financiamento e divulgação. Acordos ortográficos se tornam realidade depois de tantos anos de espera e indecisão (OLIVEIRA, 2009, p. 1).

Neste sentido, em oposição a outros momentos históricos, os países envolvidos realizam diversas estratégias para o reconhecimento e revitalização do uso da língua portuguesa, promovendo espaços de ensino público. Assim acontece no Uruguai, onde apesar da língua portuguesa, e algumas variedades linguísticas, estar presente desde a época da conquista europeia, é muito recente a importância da língua na perspectiva cultural, geopolítica e identitária dada pelo Estado.

Em 1991, no Tratado de Assunção, os países fundadores comprometam-se a ensinar as línguas oficiais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Embora os objetivos do MERCOSUL sejam basicamente econômicos, há referências às políticas linguísticas de integração regional. Vários documentos de Grupos de Trabalho do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) promovem a aprendizagem das línguas dos países membros, sendo os sistemas educacionais o instrumento principal para o planejamento linguístico. Por isso, como explica Barrios (2011), o Uruguai teve que implementar o ensino do português, que sempre tinha sido excluído da educação pública porque as autoridades pensavam que poderia comprometer a unidade nacional e a homogeneidade linguística.

1.1. Comissão de Políticas Linguísticas para a Educação Pública

Para assessorar nas políticas públicas sobre questões de educação linguística, em 2006 a Administração Nacional de Educação Pública (ANEP) criou a Comissão de Políticas Linguísticas para Educação Pública (CPLEP), que produziu importantes documentos com descrição sociolinguística da língua portuguesa no país, propostas e recomendações; das quais salientamos afirmações a favor do ensino de português, tais como, a localização geográfica, a comunicação regional necessária e acordos assinados pelo Uruguai. Também, considera-se o status especial do português, devido à sua presença histórica no país, e da variedade ligada à língua materna de uma parte da população. A respeito da formação de professores de português, são propostas medidas para a criação nos institutos da capital e do norte do país, levando em consideração um projeto anterior (CPLEP, 2008).

Estes documentos, mais extensos do que foi colocado anteriormente, constituíram os norteamentos para questões linguísticas do Debate Educativo nacional dos anos 2006 e 2007, muito polêmico como explica Viscardi (2008), e para a atual lei de educação.

1.2 Lei Geral de Educação

No Uruguai ainda não existe uma lei específica para o ensino de português, bem como não existe para o espanhol, que é o idioma de uso oficial. A única legislação linguística antecedente de 2001 é a Lei Nº 17.378 referente à comunidade surda. A Lei Geral de Educação Nº 18.437 (LGE) de 2008 refere-se ao ensino multilíngue no qual podemos interpretar o português como L2 e LE, mas não há tal denominação explícita. Salientamos que, pela primeira vez na história, o Estado uruguaio declara a obrigatoriedade do ensino de línguas nas instituições públicas. Os objetivos da educação linguística procuram desenvolver competências comunicativas, reflexão sobre a língua, respeito das variedades linguísticas e línguas maternas existentes no país (espanhol e português do Uruguai, língua de sinais uruguaia) e formação multilíngue através do ensino de L2 e LE (PARLAMENTO DEL URUGUAY, LGE, Cap. VII, Art. 40, 2008).

No tocante à formação docente do Uruguai com *status* universitário total, é importante reconhecer que já passou mais de uma década e ainda não existe a referida instituição por enfrentamentos políticos, apesar da lei ter declarado a criação do Instituto Universitário de Educação (IUDE) no âmbito do Sistema Nacional de Educação Pública (SNEP). Procura-se desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão; bem como, capacitar professores, técnicos, educadores

sociais e professores e conceder outros diplomas exigidos pela educação nacional (PARLAMENTO DEL URUGUAY, LGE, Cap. XII, Art. 84, 2008).

1.3 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Dentre os processos de internacionalização da língua portuguesa mencionados no início, como política nacional em interação com outros países, em 2016 o Uruguai entrou como membro observador associado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Este evento reconhece a presença histórica da língua e cultura lusitanas e consolida sua inserção internacional para consultas diplomáticas, cooperação multissetorial e reforça seu compromisso com a diversidade cultural e linguística. (MINISTERIO DAS RELACIONES EXTERIORES, 2016). Assim como no MERCOSUL, podemos identificar interesses políticos e econômicos que vão além das questões sociolinguísticas.

1.4 Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

Outra estratégia de política linguística, para a expansão geográfica dos falantes da língua portuguesa, são as certificações internacionais. Como explica Castro (2010), os autores, os agentes culturais, os editores, as instituições que preservam o patrimônio textual e aquelas que estudam a língua podem atrair as atenções dos estrangeiros e os estudantes são agentes de difusão da cultura.

Neste sentido, em 2019 a ANEP, pela Diretoria de Políticas Linguísticas do Uruguai, tornou-se Posto Aplicador do exame internacional para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS). Para a aplicação na segunda edição de 2019, houve uma capacitação a distância ministrado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE) destinada a colaboradores e coordenador. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Diretoria de Políticas Linguísticas da ANEP foram os responsáveis pelo processo de aplicações e avaliações. Nessa edição, a ANEP certificou gratuitamente estudantes, professores e funcionários, contribuindo oficialmente para a internacionalização da língua portuguesa.

2. Ensino de português do Brasil na educação básica do Uruguai

Nesta parte, expomos a trajetória da língua portuguesa no ensino fundamental até 2019, bem como os respectivos efeitos das variedades linguísticas na educação básica.

2.1 Português no ensino fundamental

No ensino fundamental, a inclusão do português e o respeito pelas variedades linguísticas das escolas de fronteira constituem o reconhecimento do português como língua local, em oposição à identidade de um país monolíngue (TEIXEIRA, 2016). Neste sentido, a partir de 2003 o Programa de Educação Bilíngue iniciou uma experiência de dupla imersão em espanhol-português, nos níveis inicial e primário das escolas de fronteira, onde há presença social do português, com uma expansão nacional progressiva. Em 2006 foi implementado o ensino por conteúdo curricular em português como L2 e em 2008 existiam duas modalidades, o Programa Espanhol-Português de Dupla Imersão e o Programa de Ensino de Português por Conteúdos Curriculares (BROVETTO, GEYMONAT e BRIAN, 2007). Também desde 2008 está em vigor, em 8 escolas do Uruguai, o Programa de Escolas Interculturais de Fronteiras (PEIF) do SEM, no qual participam igualmente Argentina, Brasil e Paraguai, para promover a integração regional mediante a educação intercultural; ampliar as oportunidades de aprendizagem de idiomas em uso e intercâmbio cultural; construir uma identidade regional e intercultural.

A partir dos documentos da CPLEP e da LGE está em vigor o novo Programa do Conselho de Educação Inicial e Primária (CEIP), desde 2008 com diferentes edições, no qual afirma-se que o repertório linguístico de falantes de toda a comunidade compreende numerosas variedades, dependendo do número de situações de comunicação em que participam. Explica-se que no contexto da integração econômica, social, política e cultural dos países do sul, uma nova etapa para o ensino do português começa onde o sistema educacional oficial ocupa uma posição excepcional. Isso aumenta a necessidade de integração linguística na qual a inclusão do português na educação pública se torna um objetivo prioritário (ANEP-CEIP 2008).

Com uma concentração maior nas fronteiras com Brasil, podemos dizer que até 2019 existem 90 escolas, com aproximadamente 20.023 estudantes e 157 professores.¹

¹ Em todos os casos, obtivemos as informações numéricas diretamente na interação com as autoridades responsáveis por cada instituição referida.

2.2 Português no ensino médio

Nesta seção, apresentamos os espaços institucionais e curriculares nos quais a língua portuguesa existe como disciplina no ensino médio até 2019.

2.2.1 Centros de Línguas Estrangeiras

Desde 1996 os cursos dos Centros de Língua Estrangeira (CLE) pertencentes ao Conselho de Educação Secundária (CES) vão incluindo diferentes estudantes do ensino médio público. Até 2013 os programas curriculares eram nacionais e com uma abordagem didática de línguas estrangeiras. No caso do português constituía um erro pedagógico, pois negava-se a especificidade da fronteira, uma vez que os estudantes já possuíam conhecimento pela própria comunidade de fala e pelos estudos no ensino fundamental. A partir de 2014, gradualmente, começaram a ser implementados novos programas nos departamentos de fronteira e para 2020 espera-se completar todos os níveis de ensino. Embora seja ensinada a variedade padrão do português brasileiro (PB), os materiais procuram contemplar o português falado na região com temas dos quatro departamentos de fronteira para promover suas características culturais e autopercepção positiva.

Atualmente existem 24 CLE em todo o país, com aproximadamente 4.500 estudantes e quase 100 professores de português.

2.2.2 Conselho de Educação Técnica Profissional

No Conselho de Educação Técnica Profissional (CETP) existem vários cursos nos quais o português é uma disciplina curricular essencial ou complementar desde os anos 90. Entre as orientações estão Turismo, Hotelaria, Gastronomia, Jornalismo, Secretaria, Comunicação Social, Corretor de Seguros e Administração. Nesses cursos, o português é ministrado na modalidade para fins específicos, ou seja, os conteúdos estão ligados a cada uma dessas áreas, a fim de alcançar a comunicação adequada.

Na atualidade, são aproximadamente 50 professores que ensinam a mais de 2.500 estudantes.

3. Transformações da Formação de Professores de Português

Nesta terceira parte, expomos questões relevantes da evolução da formação docente de português na educação pública uruguaia na sua primeira década de existência.

3.1 Trajetória da formação docente

A formação docente de português na educação pública, exigida desde os anos 90 pelos professores em serviço, foi constituída pela ANEP em 2009 no Instituto de Professores Artigas (IPA) em Montevideu e no Centro Regional de Professores (CeRP) do Norte em Rivera, com o novo Plano de Estudos de 2008 (TEIXEIRA, 2013). Mas entre as transformações, em 2016 o Conselho de Formação em Educação (CFE) decidiu substituir a modalidade presencial do norte pela semipresencial, porque não havia espaço de trabalho em Rivera, e em 2019 eliminou a modalidade presencial de Montevideu, porque foram diminuindo as inscrições, ficando somente a modalidade semipresencial.

Nesta trajetória, há diferentes propostas para aumentar a quantidade de professores formados, cuja admissão requer prova ou certificado de proficiência comunicativa, abrangendo mais de 30 Institutos e Centros de Formação de Professores, graças à modalidade do Professorado Semipresencial. Aproximadamente, tem 100 estudantes, distribuídos em quase todo o país. Os professores formados na primeira década são 96, cuja distribuição se concentra em Montevideu e em Rivera.²

3.2 Comemoração da primeira década

Em agosto de 2019 foi realizado o “Encontro comemorativo de 10 anos da Formação de Professores de Português do Uruguai” no IPA. O evento foi declarado de interesse educacional pelo CFE da ANEP. O principal objetivo foi criar um espaço acadêmico e cultural para intercâmbios, reunindo estudantes, graduados e professores formadores de todo o país, entre outros, também para compartilhar, refletir e discutir experiências educacionais.

² Além da graduação para professores que podem atuar principalmente no ensino médio, desde 2012 existe um curso curto chamado Certificação de Introdução ao Ensino de Línguas para docentes já formados que atuam no ensino fundamental e estudantes avançados que comprovam um nível alto de proficiência, para trabalhar no CEIP. Em 2019 o CFE produziu currículo e programas novos de acordo com a Diretoria de Políticas Linguísticas da ANEP.

Depois das autoridades da ANEP, que abriram o evento com informações e reflexões muito significativas, formandos e professores da ANEP participaram com comunicações conforme três linhas temáticas: a) Aspectos teóricos; b) Aspectos culturais; c) Aspectos didáticos. Após cada mesa temática, houve espaço para as intervenções do público sobre as questões envolvidas nas exposições. Também houve oficinas e apresentações artísticas e culturais do Brasil.

Além da comissão acadêmica constituída pelos formadores para arbitrar os resumos e comunicações, a comissão organizadora foi integrada também por um grupo de estudantes colaboradores. Tanto a participação dos estudantes nas comunicações quanto na organização do evento desenvolve mais habilidades na iniciação profissional da vida acadêmica que vai além da sala de aula.

3.3 Transições institucionais da formação docente

No CFE em 2016 foram criados os Institutos Acadêmicos (IA), que abrangem os Departamentos Acadêmicos (DA), para consolidar e ressignificar as novas estruturas institucionais que vão sendo transformadas. De acordo com documentos do CFE, objetivos 2015-2020³, o IA representará a estrutura acadêmica que orientará o ensino, a pesquisa e a extensão de maneira articulada em relação aos campos disciplinares representados nos seus DA e promoverá a formação continuada dos educadores.

A formação docente de português pertence ao Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras (DELEX) que integra o Instituto de Humanidades e Artes (IHA). Para a estruturação epistêmica e funcional do DELEX, documentos aprovados pelo CFE em 2018⁴ propõem as seções alemão, francês, inglês, italiano e português com suas correspondentes subseções, as denominações disciplinares referem-se a: 1) Aspectos linguísticos: gramática pedagógica; Língua por conteúdo; Desenvolvimento de habilidades orais e escritas; Linguística (esta última está incluída no Departamento de Espanhol). 2) Aspectos culturais: Literatura; História da civilização; Arte;

³ Orientações e objetivos do CFE para o período 2015-2020. Disponível em: <http://www.cfe.edu.uy/index.php/informacion-institucional/funciones-del-cfe> Acesso em: 1 nov. 2019.

⁴ Seções e subseções dos departamentos Acadêmicos do CFE. Disponível em: <http://www.cfe.edu.uy/index.php/resoluciones/de-interes-docente/3199-aprobar-las-secciones-de-los-departamentos-del-instituto-de-disciplinas-tecnicas-y-tecnologicas> Acesso em: 10 nov. 2019.

Geografia humana e econômica. 3) Aspectos didáticos: Introdução à Didática; Didática prática; Teorias e práticas das didáticas específicas.

A partir da Lei Geral de Educação, a formação docente avança rumo na sua institucionalidade para alcançar a Universidade Nacional de Educação (UNED). Para tanto, são discutidos e negociados constantemente documentos acerca da nova Estrutura Acadêmica, Estrutura Curricular, Cargos e Graus Acadêmicos, Créditos, Navegabilidade, entre outros. Experimentamos o progresso em diferentes atos do CFE e no Parlamento como o Projeto de Lei 137969 para a criação da UNED⁵.

As ações que o CFE vem realizando há aproximadamente cinco anos estão gerando uma cultura universitária a partir de questões administrativas e acadêmicas. Com base nisso, por exemplo, oferece apoio financeiro para atividades de pesquisa e extensão acadêmica. Da mesma forma, vem consolidando atividades de formação permanente e de pós-graduação, para que a comunidade acadêmica tenha mais mestrados e doutorados. Nesse contexto, o CFE, como órgão descentralizado em transição para a UNED, está aprofundando laços com outras instituições, como a Universidade da República (UDELAR) e a Universidade Tecnológica do Uruguai (UTEC). No caso do português, em 2016 constatamos um Projeto Misto de Pós-Graduação em Ensino de Línguas Estrangeiras elaborado pela ANEP e UDELAR.

3.4 Projeções da formação docente de português rumo à Universidade

Nesta última subdivisão, projetamos a Universidade Nacional da Educação para que a formação docente de português possa desenvolver tarefas próprias da vida acadêmica universitária.

3.4.1 Pesquisa educacional

Consideramos imprescindível a formação de grupos de pesquisa para o desenvolvimento de linhas fundamentais dentro dos requisitos de DELEX, CFE e ANEP. Os estudos poderão ser de diferentes metodologias, segundo os objetivos gerais e específicos em cada caso. O propósito será contribuir para a formação docente e as práticas pedagógicas profissionais de todos os participantes, professores e estudantes de português. As linhas de pesquisa, que indicamos a seguir, são amplas para abranger e orientar as propostas didáticas dos professores; no entanto, não pretendem ser

⁵ Parlamento do Uruguai. Projeto de lei, criação da Universidade da Educação, assunto 137969. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/ficha-asunto/137969/ficha_completa Acesso em: 5 nov. 2019.

restritivas. Referem-se à língua segunda ou estrangeira, conforme o caso, para o aprimoramento contínuo do desempenho docente.

a) Gramática e didática: inclui o estudo do sistema linguístico na perspectiva do ensino de línguas segundas e estrangeiras; b) Tecnologia, aprendizagem e ensino da língua: refere-se tanto à orientação e aplicação quanto à elaboração de recursos tecnológicos e conteúdos digitais; c) Cultura e linguagem: abrange questões e modos culturais e sociais, em geral, que expressam as comunidades linguísticas do português; d) Competências comunicativas e cognição: diz respeito à condução de estudos que promovam o reconhecimento e estratégias dos estilos cognitivos de aprendizagem e uso da língua para o desenvolvimento das competências comunicativas; e) Contextos de ensino e de aprendizagem: concerne a estudos sobre as especificidades educacionais e pedagógicas correspondentes a cada âmbito, para a promoção de melhores resultados de aprendizagem e uso da língua.

3.4.2. Extensão educacional

Propomos várias orientações das atividades de extensão, incluindo a formação continuada, para que possam ser realizadas no âmbito do CFE e da UNED. Nesse sentido, procuramos inspirar outras iniciativas de professores, a fim de gerar mais interações com diferentes atores da educação e da sociedade.

a) Cursos virtuais de português de curto e longo prazo como formação permanente para diferentes públicos, com reconhecimento de créditos; b) Cursos de leitura em português destinados principalmente a professores e funcionários, entre outros, de CFE/UNED; c) Colaborações nos subsistemas da ANEP no desenvolvimento de diversos materiais em português para cursos, oficinas, seminários e eventos acadêmicos; d) Publicações, entre outros, de diferentes materiais de estudo e relatórios de pesquisa; e) Promoção da participação e criação de eventos acadêmicos e culturais em todo o país para professores e estudantes de CFE/UNED, não somente com divulgação das pesquisas e publicações dos professores, mas também com contribuições de outros especialistas de várias instituições; f) Mobilidades acadêmicas de professores e estudantes, de acordo com as disposições de CFE/UNED; g) Cooperações dentro da ANEP com Políticas Linguísticas, Centro de Línguas Estrangeiras do Conselho de Ensino Secundário, Departamento de Segundos Idiomas e Línguas Estrangeiras do Conselho de Educação Inicial e Primária. Fortalecimento de vínculos com outras

áreas da educação nacional, como a Universidade da República e o Ministério da Educação e Cultura. Acordos com embaixadas, institutos e centros culturais de diferentes países.

4. Considerações finais

A partir do breve percurso textual, podemos pensar que são muitas as iniciativas das políticas públicas para o ensino de português no Uruguai, principalmente realizadas a partir da Comissão de Políticas Linguísticas para a Educação Pública e da Lei Geral de Educação; e motivadas pelos efeitos da globalização que vivemos há décadas, manifestadas pela inclusão do Uruguai na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e pela aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros na ANEP. Contudo, ainda constatamos contradições no que diz respeito a criação de espaços institucionais estáveis e significativos para o ensino de português e para a respectiva formação docente. Os obstáculos têm bases ideológicas, como resistência histórica do Estado perante o Brasil e falta de verdadeira legitimação do português.

Na Lei Geral de Educação, mesmo com reconhecimento da variedade linguística do português do Uruguai, não se textualiza o português como L1. Por tanto, encontramos uma omissão ou degradação por ser colocada como L2 ou LE de modo geral. Nos diferentes espaços do sistema educacional público básico o português sempre enfrenta desafios para ter uma verdadeira permanência, a principal justificativa vem das recomendações da Comissão de Políticas Linguísticas para a Educação Pública e ações da Diretoria de Políticas Linguísticas.

Como vimos na trajetória dos dez anos da formação docente de português, há uma tendência a eliminação dos espaços institucionais, que obriga os professores formadores estar em frequente luta com as autoridades. Sabemos que a maioria dos países formam os professores nas universidades, como um critério acadêmico internacional, mas nossa formação carece desse *status* universitário internacional. Por este motivo, podem existir dificuldades de intercâmbios acadêmicos onde o passaporte é o título universitário, por exemplo, para os cursos de pós-graduação.

Mesmo partindo da Lei Geral de Educação de 2008 e o CFE realizando inovações, no último período de governo, na Estrutura Acadêmica, Estrutura Curricular, programas de Pesquisa, Bolsas, Pós-Graduação e Cooperação Interinstitucional, ainda encontramos obstáculos nas decisões para a criação da Universidade Nacional de Educação. Por causa de muitos enfrentamentos de interesses entre as instituições envolvidas, cada vez que o Estado tem que decidir a criação dessa instituição universitária, as políticas públicas educacionais favoráveis não chegam a ter maioria parlamentar.

Finalmente, contudo, propomos linhas de pesquisa e de extensão educacional, que deverão ser oportunamente adaptadas segundo condições e recursos institucionais disponíveis, para contribuir significativamente na cultura universitária da formação docente de português da educação pública do Uruguai, independentemente da criação da UNED, porque existem transformações que exigem novas práticas acadêmicas na educação superior.

Referências

- ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN PÚBLICA. Documentos de la Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública. Montevideo: ANEP, 2008.
- ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE EDUCACIÓN PÚBLICA. Programa de Consejo de Educación Inicial y Primaria. Montevideo: ANEP, 2008.
- BARRIOS, Graciela. El tratamiento de la diversidad lingüística en la educación uruguaya (2006-2008). In: Políticas lingüísticas: espaços, questões e agendas, E. Sturza y M. T. Celada (orgs.). Santa Maria: Letras (UFSM), v.21, n.42 (enero/junio), 2011, p. 15-44.
- BROVETTO, Claudia; GEYMONAT, Javier; BRIAN, Nicolas. Portugués del Uruguay y Educación Bilingüe. Montevideo: ANEP, 2007.
- CASTRO, Ivo. As Políticas Linguísticas do Português Textos Seleccionados. In: XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Porto: APL, 2010, p. 65-71
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. Ingreso de Uruguay a la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa (CPLP) como país observador asociado. Montevideo. 2016
- OLIVEIRA, Gilvan. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados lingüísticos na Nova Economia. In: Synergies Brésil, n 1, 2010, p. 21-30.
- PARLAMENTO DEL URUGUAY. Ley General de Educación. Montevideo. 2008
- PARLAMENTO DEL URUGUAY. Proyecto de ley, creación de la Universidad de la Educación. 2019
- TEIXEIRA, Edilson. Internacionalização da língua portuguesa: ensino, formação docente e espaços discursivos nacionais e transnacionais. In: VI Encontro Mundial sobre o Ensino de Português, 4 y 5 de agosto. Estados Unidos: Florida International University, Inédito, 2017.
- TEIXEIRA, Edilson. Enseñanza pública del portugués en Uruguay. Revista abehache da Associação Brasileira de Hispanistas (arbitrada). São Paulo, v. 1, n. 10, p. 100-128, Edição especial, agosto, 2016.

Teixeira, Edilson. Formación docente de portugués en Uruguay: Nociones de política y planificación lingüística. Montevideo: Anales del Instituto de Profesores Artigas. Segunda Época, Tomo VI, 2013, p. 373-383

VISCARDI, Ricardo. Educación y debate nacional en el Uruguay. Revista Fermentario del Departamento de Historia y Filosofía de la Educación de la Universidad de la República. Montevideo, n. 2, 2008. Disponible en: <http://www.fermentario.fhuce.edu.uy/index.php/fermentario/issue/view/2> Acceso em: 5 nov. 2019.